

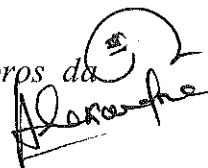
VILAREALSTºANTONIO

**ATA N. 1/2012**

*Aos dezasseis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, comigo **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, primeiro secretário, **José Domingos Teixeira Pires**, segundo secretário, José João Calvino Corvo, António Manuel Cipriano Cabrita, Miguel Moreira da Costa, Maria Alexandra Martins do Livramento, Maria de Lurdes Lopes Faria, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Victor Manuel Fernandes Rosa, Pedro Miguel Salgueiro Guerreiro, Sandra Cristina Madeira, Carlos Manuel Fernandes Lança, Fernando Eduardo Carapiço Martins Serina, Messias José Carvalho, Luís Miguel Guerreiro Romão, José Roberto Leitão Guerreiro, Manuel da Conceição António, pelo P.S.D; João José da Costa Ribeiro, Vítor José da Cruz Pereira, Carina Patrícia Querido Rosado, Luís Manuel da Rosa Fernandes pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz, Luís Manuel Negrão Vargas pela CDU.*

*Conforme Edital Convocatório de 9 de Fevereiro de 2012, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.*

**ABERTURA DA SESSÃO** – verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.



**SUBSTITUIÇÕES** – Pedido de substituições da bancada do PSD Maria do Rosário Proença substituída por Pedro Miguel Ribeiro.

Pedido de substituições da bancada do PS, Maria Luísa Currito, substituída por Carina Patrícia Querido Rosado.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: João Ribeiro, Luís Fernandes, Carlos Lança, António Cabrita.

O Sr. João Ribeiro disse que na sua bancada estavam muito apreensivos, relativamente ao estado do concelho, pois, parece que o concelho está adormecido, a economia está morta, não se vê nenhum empreendimento em execução que possa prespectivar o futuro, seja de iniciativa privada ou pública. Também gostava de deixar algumas notas relativas á desorientação a que chegamos. Salientou o parque de caravanismo, não tem qualquer serviço sanitário, não tem qualquer condição para ser um parque para caravanismo.

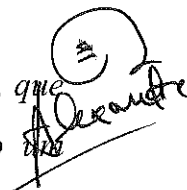
O Sr. Luis Fernandes perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal se tinha alguma documentação para lhe ser entregar.

O Sr. Presidente da Câmara, informou o Sr. Luis Fernandes que em devido tempo ser-lhe-ia entregue a documentação que pretendia.

O Sr. Luis Fernandes informou que tinha solicitado alguma informação a Câmara Municipal, que a Assembleia Municipal tem o direito e o dever de fiscalizar a Câmara Municipal. Penso contudo que a minha solicitação não foi bem interpretada. Solicitei documentação sobre todas as deslocações ao estrangeiro feitas em nome do Município. Depois solicitei quantas alineações tinham sido efectuadas pela SGU, a partir do ano 2009. Ambas as respostas não foram dadas com especificidade, sim muito resumidas, pelo que considero a documentação ainda não fornecida.

Manifestou desagrado sobre a introdução de portagens na A22, com a agravante de não existir qualquer esclarecimento aos espanhóis, prejudicando a sua vinda ao nosso concelho.

*Sugiro ao Presidente da Câmara que é paralelamente Presidente do PSD Algarve, que tente junto do Governo Central diminuir este prejuízo nem que fosse pondo um funcionário na fronteira a prestar esclarecimentos.*



*Disse também, que a taxa de desemprego subiu no Algarve, no último trimestre 4%, estando agora nos 17,4%. Se a responsabilidade é na maior parte do Governo e das suas políticas, também é das Câmaras e, neste caso de VRSA, do executivo PSD, o qual teve capacidade de endividamento para criar riqueza através de parcerias com privados e*

*não o fez, acabou por endividar-se em festas e espetáculos.*

*Ainda questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre o terreno que está junto do novo hotel em Monte Gordo do Sr. Orlando, terreno este que está vedado e foi utilizado por este empresário para estacionamento durante o Verão. Que se passa, com o terreno que inclusivamente já foram derrubados pinheiros!*

*Por último comentou um artigo do jornal onde indica que a Câmara de VRSA poupou 1 milhão de euros no último trimestre. O Sr. Presidente que pelas minhas contas poupando um milhão por trimestre daqui a 30 anos temos a dívida da Câmara de Vila Real de Santo António paga.*

*O Sr. Carlos Lança disse que ao ouvir estes comentários pela parte da bancada do PS, só lhe resta dizer que até parece que quem colocou o país neste sentido foi o executivo Camarário. Também estão a esquecer-se que foi o PS que esteve no Governo durante largos anos, o PSD só entrou agora. E agora somos nós os responsáveis por esta crise.*

*Ainda tenho a dizer que antes o PS reclamava que o Executivo gastava muito dinheiro com festas e festarolas, agora que houve uma contenção de despesas e não se fez grandes festas, reclamam porque não se fez nada. Ou seja é preso por ter cão e por não ter.*

*O Sr. António Cabrita disse que o melhor seria começar a discutir os pontos. Para isso foi feita a Sessão e deixassem de lavar roupa suja.*

*A bancada do PS leu e entregou um documento à mesa.*

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

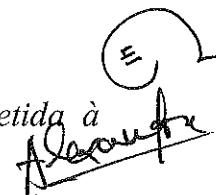
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

 Alexandre

1. **EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;**
2. **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA Nº 9 de 2011 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;**
3. **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO REVOGAÇÃO DA APROVAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS, PARA AS BANCAS DOS MERCADOS MUNICIPAIS;**
4. **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**
5. **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A AGREGADOS FAMILIARES DESFAVORECIDOS;**
6. **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORCIDOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E COMBATE À DOENÇA;**
7. **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTONIO ANO DE 2012;**
8. **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO RELATIVO ÀS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**
9. **APRECIAÇÃO E ANÁLISE AO DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL;**
10. **APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**

**1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;**

*O Sr. Presidente deu conhecimento da correspondência que foi remetida à Assembleia Municipal.*



**2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA Nº 9 de 2011 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;**

*Interveio o Sr. Deputado Municipal: José Cruz.*

*O Sr. José Cruz solicitou mais atenção na elaboração das atas, porque estavam muito sucintas, o que iria dificultar um dia mais tarde a sua interpretação.*

*O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata à votação.*

*A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a ata nº 9 de 2011 com 2 abstenções por não terem estado presentes na referida sessão.*

*Com: 22 votos favoráveis do PSD, PS e CDU;*

*2 abstenções: Fernando Serina e Luis Fernandes.*

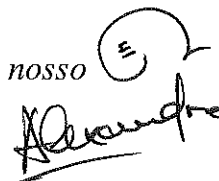
**3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO REVOGAÇÃO DA APROVAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS, PARA AS BANCAS DOS MERCADOS MUNICIPAIS;**

*Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Luís Fernandes e José Cruz.*

*O Sr. Luis Fernandes disse que existe uma redução nas taxas a aplicar no Mercado Municipal, mas, fico um pouco surpreendido pelo fato da Câmara Municipal não ter sido capaz de antecipar o problema, que iria causar na atualização dessas taxas. O regulamento de taxas foi alterado em dezembro de 2011. E agora em fevereiro 2012 as taxas vão ser novamente alteradas. Revogando aquilo que tinha sido feito em 2011. Não entendo, as bancas não vão ser ocupadas na mesma, teria de ser feito um estudo e isso depois levaria a uma alteração no regulamento.*

*O Sr. José Cruz disse que naturalmente face às situações naturais de mercado e embora pareça confusa este tipo de proposta, na sua jurisdição, depreende-se que, as taxas vão baixar devido à fraca ocupação do mercado municipal. “Eu tenho passado lá ao sábado e tenho verificado e é desolador”.*

*A verdade é que tem sido afetado pelo tipo de comércio que nós temos no nosso mercado. Mesmo baixando as taxas acho que a ocupação não vai aumentar.*



*O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.*

*A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.*

#### **4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**

*Intervieram os Srs. Deputados Municipais: João Ribeiro, Luís Fernandes, Carlos Lança e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.*

*O Sr. João Ribeiro disse que iria demonstrar os aspectos de desoladamento do ponto anterior, neste ponto assim como nos outros dois que se seguem, aqui o que está a ser feito são mais subsídios, ou seja reduzem mais e depois fazem outros.*

*O que nós não somos a favor são de subsídios, que não chegam, no momento qua a taxa de desemprego aumenta. A situação económica do País é muito mas muito grave, teremos de fazer alguma coisa, para tentar minimizar este problema.*

*O Sr. Luis Fernandes disse que estava interessado em que o Sr. Presidente da Câmara respondesse às perguntas ali formuladas.*

*Solicitei a resposta sobre o terreno de Monte Gordo, junto ao parque de campismo. Não me foi respondido.*

*Segundo eu li na documentação, no preâmbulo e (passou a ler documento). Após a sua leitura disse que não era verdade aquilo que lá estava escrito, ou seja a Câmara Municipal não tem dado apoio aos munícipes, isto corresponde a 2005, é um completo falhanço, aquilo que este executivo está a debater. Até agora deu zero casas, era bom que as casas que são da cooperativa, a Câmara criasse um aluguer das mesmas, para as pessoas resolverem os seus problemas. A Câmara Municipal nunca teve e não tem capacidade para comprar e prometeu o qual não cumpriu.*

O Sr. Carlos Lança que concordava com a intervenção do Sr. João Ribeiro naquilo que diz respeito, ao desemprego é o desemprego económico, que o subsídio tem de acabar ou reduzir não posso deixar de dar razão. Agora gostava que o Sr. João Ribeiro transmitisse duas ou três dicas à Câmara para solucionar estas situações, não pode ser só a criticar que se resolve, mas sim quando se critica temos de apresentar soluções. Nós todos sabemos que há uns anos atrás havia grande disputa com os campos de golfe, porque oferecia emprego direto, traziam turistas de qualidade, todos os concelhos procuravam fazer campos de golfe e quando o Concelho de Vila Real de Santo António, conseguia era um campo de riqueza. Hoje encontra-se como todas as atividades, em crise como todo o País.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tem todo o direito e todo o gosto em responder a todas as questões aqui levantadas desde que sejam do interesse e para esclarecimento dos Srs. Deputados, agora não vou responder a provocações nem a faltas de respeito. Mas também vou fazer um ponto claro às bancadas não vou perder tempo com estas questões.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

20 votos favoráveis, 18 bancada do PSD, 2 da bancada da CDU;

4 abstenções da bancada do PS.

5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A AGREGADOS FAMILIARES DESFAVORECIDOS;

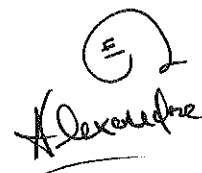
Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

20 votos favoráveis, 18 bancada do PSD, 2 da bancada da CDU;

4 abstenções da bancada do PS.



**6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORCIDOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E COMBATE À DOENÇA;**

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: João Ribeiro, José Cruz, António Cabrita, Luis Fernandes e o Sr. Presidente da Câmara Municipal e José João Corvo.

O Sr. João Ribeiro disse que não iriam votar a favor e nesse sentido iriam entregar declaração de voto à mesa a qual iria ser lida antes de entregar. É neste sentido que consta a declaração de voto da bancada do PS.

O Sr. José Cruz disse que na atual conjuntura nós somos a favor com estas e outras que têm sido aprovadas neste sentido, mas no entanto chamamos à atenção com a medidas sustentabilidade deste sistema. Ele está permanentemente a substituir-se às obrigações que o governo deve cumprir. Os governos todos, não falo somente do atual. Isto passou a fazer parte integrante da política municipal, substituir a quem lhes agrada, ou seja estão aqui duas direções opostas. Cada vez há menos dinheiro e cada vez existem mais possibilidade, o de até a própria Câmara ter uma ruptura e ter uma sustentabilidade zero. Depois não se consegue combater aqueles que estão em necessidades extremas.

A Câmara terá de ter muita atenção a essa situação.

O Sr. António Cabrita disse: é só para constatar a forma como o PS tem intervindo esta noite, o que é necessário é estar contra, como manda a lei, ou não isso não interessa. Interessa reclamar e reclamar aquilo que o executivo atual propõe, para quem assiste a isto, tem de entender, perante uma situação complicada que se vive, mundial, nacional e local. O Partido Socialista ao longo deste mandato, ao longo do outro mandato, o que interessa é estar contra seja ela qual a for a proposta.

Eu reconheço, e, gostava que todos vissem que existe um esforço sobre humano que Autarquia está a fazer para satisfazer todos os Municípios.

O Sr. Luis Fernandes disse que com tantas clinicas a fechar e com tanta crise e estão a ir buscar médicos Cubanos, é isso que o PS está contra, não está contra o protocolo, esta é contra a Autarquia estar a contribuir para o desemprego do nosso concelho. Será que não há médicos para esta clinica. Este protocolo vai ser somente para os Cubanos não para o terreno nacional e é isso que o PS discorda.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António disse que alguns dos Srs. Deputados têm de passar a ler melhor os documentos, porque não estão a fazer uma boa interpretação.

O Sr. José João Corvo disse que se não fosse a autarquia contribuir com as pessoas com problemas de oftalmologia, possivelmente hoje ainda estariam em lista de espera. Que iria ser contributivo para uma melhor qualidade de vida da população.

O Sr. António Cabrita disse que esquecem o papel que a Câmara teve na rapidez de ajuda a favor destas pessoas, só sabem criticar.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

20 votos favoráveis, 18 bancada do PSD, 2 da bancada da CDU;

4 votos contra da bancada do PS.

**A Bancada do PSD e PS entregaram Declaração de voto.**

## **7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTONIO ANO DE 2012;**

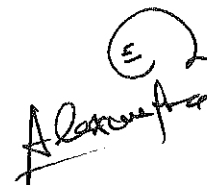
Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

18 votos favoráveis da bancada do PSD

6 abstenções, 4 da bancada do PS e 2 da bancada CDU.



**8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO RELATIVO ÀS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Luis Fernandes, Carlos Lança, António Cabrita, José Cruz.

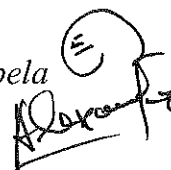
O Sr. Luis Fernandes leu documento e disse o Clube Náutico do Guadiana substitui a autarquia em todas as tarefas, o PS já vinha referindo em 2009 a má gestão da Autarquia, o valor da dívida era incorreto da parte do executivo camarário. Por fim teve o náutico de assumir o papel da Autarquia. E a dívida feita para quem vai ficar, para os outros, paro o próximo ano vai haver eleições. A autarquia deveria ter pago todos os anos ao clube Náutico.

Não podemos votar favoravelmente uma proposta destas, onde estão as despesas que assumiram.

O Sr. Carlos Lança disse que nós não devemos intervir nos assuntos quando não entendemos. Eu compreendo que cada partido tenha a sua ideologia política. Cada órgão tem de assumir as suas responsabilidades. Neste momento estamos a receber dívidas de mandatos anteriores. Nós não podemos proceder as dívidas consoante os mandatos. Se assim fosse nós não podíamos fazer nada. O Sr. António Cabrita disse que se sentia lesado com as afirmações que as bancadas da oposição afirmam julgo que os restantes também não concordam com estas insinuações. Aqui nós respeitamos sempre os próximos agora com estas a atitudes.

O Sr. José Cruz disse que recomendava a Câmara Municipal que se debruçasse sobre a matéria dos custos do desempenho das atividades desportivas e culturais. Especialmente nas cobranças que se estão a fazer as coisas estão más e é muito difícil, a Câmara Municipal está a ajudar, está a contribuir e os clubes e as associações não estão a responder da melhor maneira. Era bom que se equilibrasse da melhor maneira para ninguém sair prejudicado.

*A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.*



*Com:*

*20 votos favoráveis, 18 bancada do PSD, 2 da bancada da CDU;*

*4 votos contra da bancada do PS.*

### **9. APRECIACÃO E ANÁLISE AO DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL;**

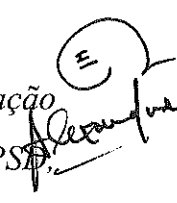
*Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Carina Rosado, José Cruz, António Cabrita, João Ribeiro e José João Corvo.*

*O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que este documento orientador a nível governamental, ainda não sofreu qualquer alteração, prevê-se que a nível de organização territorial do nosso concelho manter-se-á com o mesmo número de freguesias, não vai sofrer reestruturação nesse sentido, freguesias, concelho. Trago novamente este assunto para ser debatido.*

*A Sr<sup>a</sup> Carina Rosado disse que este assunto deveria ser retirado e deveria ser agendada uma sessão extraordinária para debater exclusivamente este assunto, julgo que este assunto é bastante pertinente qual deveria ser debatido com o máximo de atenção possível e teria de ser bastante bem estudado. Inclusive os Senhores deputados poderiam abdicar da remuneração dessa reunião visto ser um assunto benéfico para todos nós. Conseguirmos chegar a uma conjuntura de todos os pontos. Engloba pontos que se revestem com uma maior importância.*

*A bancada da CDU entregou um documento sobre o assunto, solicitando que o mesmo seja anexado à ata. Leu o documento e esclareceu.*

*O Sr. José Cruz disse que se o assunto fosse apenas de carácter territorial, não teria muito a ver com Vila Real. Mas não é uma questão de natureza territorial, mas sim carece de outros factores. Porque também já teve projetada a extinção de Monte Gordo, a qual não foi para a frente. A questão fundamental é um ajuste de contas direto, entre quem quer uma reforma de poder local, que não tem nada a ver com o poder local atual, nós ao fazermos a análise deste governo temos uma opinião sobre*

*essa matéria que vamos passar a expressar. O que está neste momento é a alteração completa e total daquilo que tem sido o poder local até esta data. Infelizmente o PSD, CDS estão a planear esta reforma, contra qual nós fomos sempre contra e mesmo sem ter a maioria, na Assembleia da República conseguimos sempre travar. Acho que esta reforma vai no sentido contrário àquela que estava. Este modelo está considerado um dos melhores da Europa que proporciona e tem proporcionado maioria de vários Partidos e maiorias absolutas e relativas, e, também diferentes, está tudo posto em causa por a uma pessoa que cada vez mais esta onnipresente na Política Portuguesa, na nossa opinião é um autêntico aventureiro e que trata as coisas com uma hibridez, como tratou por exemplo nas comunidades intermunicipais, numa altura que se estava para lançar a regionalização do País, o Sr. Miguel Relvas, que era secretário de Estado na altura do governo do Durão Barroso, inventou as comunidades intermunicipais e depois transformou-as em áreas metropolitanas. Sistemas que estão a funcionar bem, e em vez de fazerem funcionar melhor, querem que funcione pior. Disse que a CDU estava contra este documento.*

*O Sr. António Cabrita disse que pensava precisamente ao contrário da CDU, sou da opinião que as autarquias só iram beneficiar com este modelo com uma certa parlamentarizarão, porque haver executivos de uma só cor, desde que as Assembleias Municipais tenham os tais poderes que são necessários, não vejo o porque de isso não acontecer.*

*Muita desta legislação foi feita no após 25 de Abril, a qual terá de ser revista e atualizada e adaptada à sociedade atual. O que tem proporcionado estes debates.*

*O Sr. João Ribeiro leu documento da bancada do PS sobre o assunto, o qual solicitou que seja remetido às instâncias superiores da Administração Local.*

*O Sr. José João Corvo afirma que já em 1982, era contra os Governos Cívicos, e outros organismos que provocam custos públicos exagerados.*

*No entanto, considero que acabar com as Juntas de Freguesia em nada vai reduzir esses custos, nem resolve os problemas das populações.*

**10. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**

*Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal.*

*O documento foi apreciado.*

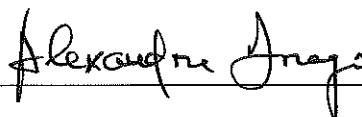
***Período de intervenção do público***

*Não houve intervenções do público.*

*E de tudo, para constar, se lavrou esta ata sob forma de minuta, que foi aprovada por unanimidade, que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.*

*Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 45 minutos.*

*O Presidente da Assembleia Municipal      O Primeiro Secretário*



# COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA IUNITÁRIA

## Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

### Sobre o Livro Verde e a proposta reforma do Poder Local

Este livro verde mais de poderia chamar de negro, tal o conteúdo da contra-reforma administrativa do Governo do PSD, capitaneada pelo onnipresente Miguel Relvas autor da híbrida e desastrada invenção da comunidades intermunicipais para travar a verdadeira reforma administrativa que consitui a regionalização prevista na Constituição.


Trata-se de um verdadeiro programa de subversão do poder local democrático, uma nova e mais despudorada tentativa de concretização da velha ambição dos partidos da política de direita de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.

As propostas, sob a batuta da troika que impôs o programa de agressão e submissão que PSD, CDS e PS subscreveram, visam, ao arrepio da Constituição da República, liquidar a autonomia das autarquias e reconstituir um modelo de dependência e subordinação existente até ao 24 de Abril.

Lamentamos que, com a inteira colaboração do PS e dando continuidade a orientações e opções ensaiadas ou adoptadas em momentos anteriores, o governo prepare um salto qualitativo na ofensiva contra o poder local democrático.

Um ataque que constituiria, a concretizar-se, a completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do poder local, a liquidação do que ele representa enquanto conquista de Abril com os seus elementos diferenciadores: um poder local amplamente participado; plural, colegial e democrático; dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira; ocupando um lugar na organização democrática do Estado não subsidiário, nem dependente do nível central.

Este programa de agressão ao poder local é, na sua essência e consequências, um programa de agressão às populações e às suas condições de vida, um factor de constrangimento do desenvolvimento económico e de agravamento de assimetrias regionais, de retrocesso da vida democrática local.

Sob um manto de falsidades e de formulações generalizantes, o pacote legislativo  anunciado visa nos seus eixos centrais e em concreto:

O desfiguramento do sistema eleitoral com a eliminação da eleição directa das Câmaras e a imposição de um regime de executivos homogéneos, ferindo irremediavelmente não apenas as características plurais e democráticas hoje existentes, mas sobretudo consagrando um regime construído sobre o poder absoluto e a falta de controlo democrático, contendo em si mesmo

ausência de transparência e factores de corrupção. Um desfiguramento acompanhado ainda de uma significativa redução do número de eleitos, lesiva do carácter participado e democrático do poder local.

Em rigor, pode afirmar-se que o que agora é proposto tem subjacente uma concepção que ainda mantém o princípio da eleição (embora irremediavelmente limitada e amputada) mas que já não disfarça a ambição dos seus autores de impor um sistema de governação local que, à boa maneira do fascismo, tratava de nomear presidentes de câmaras e regedores para as freguesias, remetendo a gestão política para os chefes de secretaria municipais;

A instituição de um regime de finanças locais, assente numa dinâmica de tributação adicional e penalizante sobre as populações, reduzindo os factores de coesão e eliminando o princípio constitucional da “justa repartição entre a administração central e local dos recursos do Estado”;

A eliminação, de facto, da autonomia administrativa com a substituição da tutela inspectiva por uma tutela de mérito e integrativa e a subversão do actual regime de atribuições e competências, com a intenção de transferir competências municipais para estruturas supra municipais, numa inversão completa do que deve ser um efectivo processo de descentralização, a que as regiões administrativas dariam também corpo.

O que agora se reapresenta é a repetição da reforma fracassada do então Secretário de Estado Miguel Relvas (2003), uma intenção que não serve o poder local nem uma efectiva política de descentralização. Antes constitui uma tentativa de despojar os municípios de numerosas atribuições e competências, afastando ainda mais as populações dos centros de decisão e diminuindo a sua participação;

É ainda uma “reforma administrativa” que, com a eliminação de um número significativo de freguesias e no futuro municípios, visa a redução substancial da participação política, eliminar a proximidade entre os titulares de órgãos públicos e cidadão e retirar expressão e força à representação dos interesses locais.

O PCP está a dirigir-se à população, ao movimento associativo e outras organizações presentes na vida local, aos eleitos em geral (incluindo muitos daqueles que pertencendo a outras forças políticas reconhecem e identificam o poder local com um espaço de promoção de progresso, bem-estar e desenvolvimento), aos trabalhadores da administração local, aos patriotas e democratas para que ergam a sua voz e manifestem a sua oposição aos projectos de liquidação do poder local democrático, de mutilação de princípios constitucionais e de empobrecimento da vida e do regime democrático.

Reafirma o seu total empenhamento na defesa de um poder local com provas dadas na promoção dos interesses populares, assegurando que os comunistas e os seus aliados na CDU, eleitos e não eleitos, intervirão activamente para resistir e derrotar este projecto, reafirmando

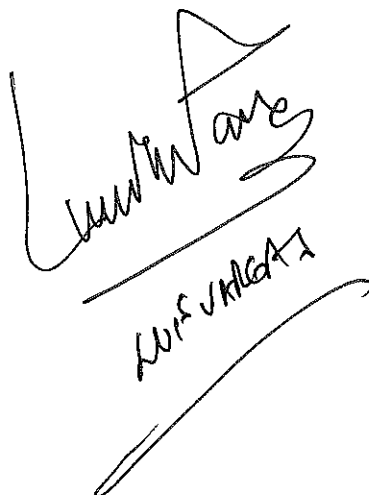
que, também pelo que agora se conhece neste domínio, a rejeição do programa de agressão e submissão constitui um imperativo nacional, na luta por um Portugal com futuro.

Se esta reforma se concretizar, muitos cidadãos serão apartado da vida local, não pela normal alternância do processo eleitoral, mas por jogadas de engenharia que visam constituir maiorias com votos de minorias em nome de uma pretensa eficácia e do empobrecimento da democracia.

Os eleitos da CDU - PCP/PEV



Handwritten signature of José Cruz, with the name written below the signature.



Handwritten signature of Luís Viegas, with the name written below the signature.



## Carnaval de Vila Real de Santo António - 2012

A crise não justifica tudo! O Carnaval de VRSA é (era) uma tradição com muitos anos.

A existência de Corso de Carnaval organizado remonta, pelo menos, à década de 60 do século XX. No início a "batalhas das flores", como então se chamava numa alusão às flores de papel que adornavam os trens (lembra-se? era o transporte público mais usado nas viagens entre Monte Gordo e VRSA), era organizada pela Santa Casa da Misericórdia e constituía uma importante fonte de receitas para aquela Instituição.

Com o passar dos anos os trens desapareceram, passaram a ser utilizados os tractores com reboque e carros alegóricos cada vez mais elaborados o que contribuiu para que, no início da década de 70, o Carnaval de VRSA fosse dos mais importantes do Algarve e com direito a transmissões em directo, com o relato da folia então vivida, por parte da então denominada Emissora Nacional.

Veio o 25 de Abril e, no controverso ano de 1975, a Mesa da Misericórdia considerou que, face à realidade social então vivida, não tinha condições para organizar o curso carnavalesco.

Para não deixar cair a tradição um grupo de jovens vilarealenses reuniram-se e tomaram a seu cargo a organização do curso tendo entregue aquela Instituição a lucro obtido.

Desde então, com maiores ou menores dificuldades e com decisões algo controversas em termos organizativos (como foi o caso de acabar com as entradas pagas), como maior ou menor pujança, a tradição manteve-se.

Quando o actual presidente de câmara passou a liderar a organização do Carnaval o cenário mudou por completo! Foi "declarado" como um evento da maior importância para o turismo local e para a promoção do concelho com o objectivo de recolocá-lo no mapa dos eventos a nível regional (quicá mesmo nacional) e devolver-lhe a notoriedade alegadamente perdida por culpa da gestão da Câmara até então liderada alternadamente por maiorias do PS ou do PCP.

Pelo menos foi esta a justificação arranjada para a contratação, a peso de ouro, de figuras do dito "jet-set" e publicitou-se largamente a visita de milhares e milhares de visitantes ao concelho atraídos pelo mediatismo de tais figuras.

O Carnaval era então uma das muitas peças que estratégia de promoção e notoriedade do concelho que servia de justificante para a contratação de figuras "ditas públicas" e para a contratação de numerosas empresas/pessoas para organizar grandes eventos.

Gastaram-se (ou melhor jogaram-se fora) largas centenas de milhares de euros.

Tudo isto obviamente na época dourada onde os fundos pareciam ser infinitos!

Repetimos é essa mesma gestão camarária que hoje enterra uma tradição de com quase 50 anos, provavelmente justificando tal decisão na crise e na contenção orçamental.

Mas esquece que ainda há pouco tempo pagou a artistas, um valor que desconhecemos, para a festa de passagem de ano de 2011/2012. Uma verba que certamente não terá sido muito superior à que, provavelmente, gastaria para organizar o Corso de Carnaval com a "prata da casa"!

É mesma Câmara que alimenta uma avença com uma das figuras do alegado "Jet-Set" nacional com o pretexto de dar notoriedade ao concelho (foi o que disse o senhor presidente na coluna que escreve regularmente no Correio da Manhã).

É mesma Câmara que, talvez num exercício para tentar mostrar uma aparente normalidade funcional e, talvez para continuar a dizer que mantém a tradição (contrariando mesmo as orientações do Governo do mesmo partido – PSD), não esqueceu de dar a tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval que há muito (ainda antes do 25 de Abril) a população do concelho e do país se habituou e que se estendeu, a partir da função pública, a muitos sectores de actividade económica e hoje aparece consagrada em muitos contratos colectivos de trabalho.

Fica o registo da incoerência, da falta de rigor e de transparência e, ainda, do caos a que a irresponsabilidade das políticas patrocinadas pelo actual presidente de câmara conduziu o concelho.

Vila Real de Santo António, 16-02-2012

**A Bancada do Partido Socialista**



## Declaração de voto – Regulamento de Saúde/Servicios Medicos Cubanos –

### Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Portugal enfrenta um período de grave crise económica e financeira. Esta crise tem repercussões inevitáveis na gestão corrente e no equilíbrio financeiro dos municípios, tão mais gravosa quanto aquela que já estava instalada no concelho de Vila Real de Santo António por via de uma gestão desequilibrada entre as receitas e as despesas com repercussão no endividamento global que atinge valores astronómicas e que vão marcar inevitavelmente um futuro nada promissor para as gerações vindouras, ainda para mais, dívida acumulada passados seis anos de mandato do Presidente Luís Gomes, sem investimentos com capacidade reprodutível e apenas suportada em activos que na sua grande maioria representam bens não transaccionáveis e inalienáveis à prossecução e execução das actividades e prestação dos serviços correntes imprescindíveis ao cumprimento dos objectivos mínimos da autarquia.

É neste contexto que este Regulamento Municipal nos desperta as maiores reservas quanto à legalidade e adequação e sentido de oportunidade, que visa enviar doentes exclusivamente a uma entidade estatal promotora de turismo de saúde estrangeira, neste caso de Cuba, denominada Servicios Medicos Cubanos, ainda para mais prevendo o pagamento de despesas a acompanhantes.

O enquadramento legal do apoio à promoção da Saúde por parte das autarquias prevê que tal possa acontecer apenas em articulação com os organismos dependentes do Serviço Nacional de Saúde e obviamente, fora deste contexto, apenas quando ultrapassada a sua capacidade instalada. O disposto no artigo 64º, nº 4. Alínea c), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, refere que compete à Câmara Municipal “Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal”. É bom que desde já se esclareça neste ponto que segundo a Lei das Bases de Saúde todas as entidades nacionais prestadoras de serviços de saúde públicas ou privadas integram de facto o Serviço Nacional de Saúde e estão sujeitas à supervisão do

Ministério da Saúde. Pode um Presidente de Câmara promover um Regulamento de prestação de cuidados de saúde que se furte a esse controlo legislativo? Pode uma Câmara Municipal impor aos doentes que procura tratar um regime de desresponsabilização por eventuais danos resultantes por exemplo de negligência médica eventual como consta especificamente nesse Regulamento? Esse regulamento foi negociado em conjugação com a Administração Regional de Saúde do Algarve? Obteve pareceres prévios quanto à bondade dos seus objectivos de entidades de supervisão tais como Entidade Reguladora de Saúde ou a Inspeção Geral de Actividades de Saúde, sendo certo que nenhuma entidade em Portugal promotora ou prestadora de serviços de saúde se pode excluir desse controlo?

Acresce ainda a questão dos custos exorbitantes resultantes do envio desses doentes a Cuba e em contrapartida a capacidade que o nosso País tem de oferecer serviços de saúde segundo os mais elevados padrões de qualidade como é reconhecido internacionalmente, por exemplo pela OMS.

Desconhecemos os custos reais por cada indivíduo tratado em Cuba no contexto específico de cada patologia para se poder comparar com os custos em Portugal, mas facilmente se pode deduzir que quando adicionados os custos das viagens e estadas o custo global dispara, acima do que seria razoável na perspectiva do custo/benefício. E quem vai suportar esses custos injustificados? Não serão exclusivamente os contribuintes deste Concelho?

A capacidade instalada de camas hospitalares, só no Algarve, supera hoje largamente as necessidades reais, o mesmo acontecendo em Lisboa, por exemplo. Em nossa opinião importar serviços de saúde é irracional e antipatriótico.

Somos defensores da promoção de turismo de saúde sim, mas no sentido inverso, no sentido da exportação desses mesmos serviços para contribuir para a riqueza nacional e do Algarve, para impedir por exemplo a emigração de muitos e bons profissionais de saúde portugueses.

Por todas estas razões vamos votar contra este Regulamento não pelas alterações ora propostas pelo seu todo.

Vila Real de Santo António, 16-02-2012

**A Bancada do Partido Socialista**

## Declaração de voto

O PSD apresentado na AM VASA em por este não constatar o que é o PS que se diz opoente do mais disfarçados.

No ponto 6 da ordem de trabalhos votou contra a proposta de Regulamento de Operações, <sup>as + disfarçados</sup> porquê em causa o opri gi proteção e cerca 300 e tal a favor